

---

**Jornalismo socioambiental na Amazônia: uma reflexão a partir da sala de aula<sup>1</sup>**Laiza Mangas<sup>2</sup>Rosane Steinbrenner<sup>3</sup>

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA

**RESUMO**

Na Amazônia, casos de violência e ameaça a jornalistas refletem as implicações relacionadas às disputas por riquezas naturais e territórios na Amazônia, e apontam a necessidade e os desafios de um jornalismo socioambiental crítico. O ensino é o primeiro caminho para essa prática, por isso, este artigo analisa as ementas das disciplinas de jornalismo ambiental na grade curricular de Universidades Federais situadas na Amazônia Legal Brasileira para entender como elas trabalham com as questões socioambientais na região. Acreditamos que a formação de jornalistas na Amazônia deve incorporar uma abordagem interdisciplinar e descolonial, promovendo a defesa do território e acionando conhecimentos fora da academia.

**Palavras-chave:** Jornalismo ambiental; Ensino; Amazônia.

Cobrir jornalisticamente a Amazônia é um desafio considerável. Esse vasto território, com sua rica biodiversidade e a presença de diversos povos, é palco de conflitos entre interesses econômicos, políticos, sociais e ambientais. Em abril de 2024, um relatório divulgado pelo Instituto Vladimir Herzog revelou que jornalistas e comunicadores, que trabalham na maior floresta tropical do mundo, enfrentam um sentimento de insegurança ao exercerem sua profissão.

A violência é sentida por jornalistas desde a ditadura militar, quando os primeiros veículos independentes surgiram com o intuito de denunciar a lógica extrativista e expropriadora imposta à região, ou seja, uma perspectiva de desenvolvimento de alto impacto, de expansão econômica, por meio de grandes projetos em aliança com o capital

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista e doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com bolsa CAPES/CNPQ. E-mail: [laiza.mangas@gmail.com](mailto:laiza.mangas@gmail.com)

<sup>3</sup> Jornalista, docente permanente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Pará (FACOM/PPGCOM-UFPA). Doutora em Ciências Socioambientais (NAEA) e pós-doutorado em sociologia (PPGSA-UFPA). E-mail: [steinbrenner@ufpa.br](mailto:steinbrenner@ufpa.br)

---

privado nacional e internacional, sem considerar as comunidades que ali estavam, deixando de lado direitos como saúde, educação e moradia (Castro, 2019; Amorim, Cruz e Alvim, 2014).

Ao longo do tempo os desafios e riscos da cobertura jornalística na região amazônica seguem em torno da tecla do modelo neoextrativo de desenvolvimento, agravado pelo neoliberalismo<sup>4</sup>, que aprofunda a lógica de acumulação capitalista e assim expande os conflitos socioambientais (Svampa, 2019) na região, marcados por disputas desiguais por terra e riquezas naturais, afetando territórios e territorialidades<sup>5</sup> de grupos sociais historicamente vulneráveis (Steinbrenner *et al*, 2022).

Durante 10 anos (2013 a 2023), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) registrou 230 casos de violência contra jornalistas e a liberdade de imprensa nos nove estados da Amazônia Legal. O Pará<sup>6</sup> é o estado mais violento para repórteres na Amazônia, segundo o relatório, com 89 casos registrados em uma década, seguido por Amazonas (38), Mato Grosso (31) e Rondônia (20).

O relatório, assim como os dados da Fenaj, aponta o contexto de tensões que envolvem as questões e disputas em torno das riquezas naturais e dos territórios, pano de fundo de um jornalismo socioambiental crítico. Consequentemente, o cenário de insegurança marca a vida de profissionais que trabalham, em sua grande maioria, nos meios de imprensa independente e alternativa. Amorim, Cruz e Alvim (2014) ressaltam que a produção de instrumentos alternativos é um caminho de resistência em um campo de disputas configurado por grandes grupos de comunicação associados a grupos de poder político e econômico. No Pará, por exemplo, seis veículos de comunicação<sup>7</sup> pertencem à família do atual governador do Estado, Helder Barbalho.

---

<sup>4</sup> Segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2019, s/p), “Trata-se (o neoliberalismo) mais fundamentalmente de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a lógica do capital até a converter na forma das subjetividades e na norma das existências”. Três ou quatro décadas de neoliberalização, como explicam os autores, “afetaram profundamente a própria sociedade, instalando em todos os aspectos das relações sociais situações de rivalidade, de precariedade, de incerteza, de empobrecimento absoluto e relativo”, por sua vez, fragilizando as defesas coletivas da sociedade. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em: 24 jun. 2024.

<sup>5</sup> Para Svampa (2019), os territórios são carregados de significados sociais, políticos e culturais para os povos e espécies que os habitam. Em contrapartida, a territorialidade são as práticas sociais que envolvem a apropriação, ocupação e uso do espaço pelos diferentes atores sociais e envolve relações de poder, dominância e resistência.

<sup>6</sup> Não é por acaso que o Pará também lidera o ranking de desmatamento e conflitos agrários na região, conforme relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

<sup>7</sup> Levantamento do Intervezes revela quem são os políticos donos da mídia nas Eleições 2022. Disponível em: <https://intervezes.org.br/levantamento-do-intervezes-revela-quem-sao-os-politicos-donos-da-midia-nas-eleicoes-2022/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

---

Costa *et al.* (2022) explicam que a Amazônia, nos últimos anos, teve a consequente redução de investimentos no aprofundamento da investigação jornalística, da setorização temática e da qualidade informativa que, ao nosso, ver são essenciais a um jornalismo ambiental. Assim, a imprensa amazônica compactua com o desenvolvimento de saque (Castro, 2019) ao reproduzir discursos hegemônicos (Mangas, 2022; Steinbrenner *et al.*, 2020) que não permitem às pessoas compreenderem o cenário no qual a região se encontra, perpetuando a naturalização de um processo capitalista e colonial.

A partir do contexto mencionado acima, é necessário reafirmar o papel do jornalismo ambiental exercido em uma região emblemática como a Amazônia. Essa especialidade, na visão de Bueno (2007), deve incorporar uma visão inter e multidisciplinar com a proposta de engajamento entre a política, a sociedade e a cultura para haver resistências às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses.

Nesse sentido, é importante também atualizar sua terminologia, para um jornalismo socioambiental, a partir desta compreensão integral, de que as questões ambientais e sociais estão permanentemente implicadas e interdependentes nas dinâmicas da sociedade. Na Amazônia, considerando o contexto que envolve crimes ambientais, disputas territoriais, poder, influência e dinheiro, o jornalista ambiental precisa ter um nível importante de engajamento às causas e, sobretudo, e uma rede de segurança social para que sua prática seja efetiva e resistente.

O relatório do Instituto Vladimir Herzog traz algumas recomendações nesse sentido, como a promoção de campanhas de comunicação para toda a sociedade sobre a importância do trabalho jornalístico para o bom funcionamento do regime democrático, implementação de políticas públicas voltadas ao tema, além da criação de mecanismos para fortalecer – inclusive financeiramente – o jornalismo local, comunitário e independente, a fim de ampliar e diversificar as fontes de informação e conter o avanço dos desertos de notícias.

Como recomendação complementar e, mesmo prévia a todo o processo, é importante pensar no papel do ensino de jornalismo socioambiental, de forma geral e específica nos cursos existentes na região. Será que a universidade forma para a complexidade da cobertura socioambiental na Amazônia? E mais, será que o ensino nas

---

universidades contribui para a prática de um jornalismo numa perspectiva descolonial, que contribua para diminuir o apagamento das vozes locais no debate público?

A primeira disciplina de jornalismo ambiental foi ministrada no Curso de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2003. A necessidade adveio da capacitação de profissionais para cobrir a Eco-92<sup>8</sup>. Em 2009, as Novas Diretrizes Curriculares do Curso de Jornalismo incluíram a questão ambiental no primeiro eixo de conteúdos curriculares e mencionou o conhecimento sobre o desenvolvimento sustentável e sobre as regiões ecológicas do país.

A universidade poderia ser um espaço de mudança epistemológica no jornalismo para uma perspectiva decolonial, mas para isso deveria haver um processo de mudança de pensamento. A crise ambiental e/ou climática tem o potencial de provocar essa mudança, assim como fez a temática ambiental estar mais presente na imprensa, mesmo que muitas vezes as abordagens necessitem reparos (Girardi, 2022, p. 235/236).

Em seus estudos, a pesquisadora (2022) constatou que o ensino do jornalismo ambiental no Brasil ainda não é considerado com efetividade, pois a disciplina, quando existe, é eletiva e oferecida quando há disponibilidade do professor. Em relação à Amazônia, a jornalista Ariene Susui, indígena e ativista, defende que o jornalista que pretende escrever sobre as questões da região deve estudar os cenários que envolvem os acontecimentos e se dispor a mudar narrativas<sup>9</sup>.

### **Ensino do Jornalismo (Socio)Ambiental na Amazônia**

Nesse contexto, tendo como recorte as instituições federais de ensino (IFES), analisamos como os cursos de jornalismo das Universidades Federais na Amazônia Legal Brasileira trabalham a questão ambiental na região. Para isso, fizemos uma análise

---

<sup>8</sup> Também conhecida como Rio 92 ou Cúpula da Terra, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 14 de junho de 1992. Reuniu chefes de Estado e representantes de 179 países, organismos internacionais, milhares de organizações não governamentais e contou também com a participação direta da população. A ECO-92 representou um marco nas discussões sobre a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Veja mais em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2303:catid=28&Itemid](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid). Acesso em: 24 jun. 2024.

<sup>9</sup> Jornalismo na Amazônia: da violência aos estereótipos. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2024/06/11/jornalismo-amazonia-violencia-estereotipos/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

---

(Ferreira Junior, 2011) do conteúdo das ementas, exigência, carga horária, período de oferta e referências básicas e complementares.

No primeiro momento, selecionamos às Universidades que tinham Jornalismo na grade de cursos. Ao todo, são dez instituições federais situadas nos estados do Amapá, Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Maranhão e Mato Grosso, sendo duas universidades no estado do Pará<sup>10</sup>.

Em seguida, analisamos quais cursos ofereciam a disciplina de Jornalismo Ambiental. Os critérios para a seleção das disciplinas foram, primeiramente, o nome, que deveria conter a palavra “Jornalismo”, e a abordagem de questões socioambientais e amazônicas. Assim, selecionamos algumas disciplinas intituladas “Jornalismo Regional” e “Jornalismo e Questões Amazônicas”. Das dez instituições, as únicas que não têm a disciplina na grade curricular são a Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Nessa fase da pesquisa, catalogamos onze disciplinas, sendo oito obrigatórias e três optativas. Destaca-se a Universidade Federal do Acre (UFAC) que tem três disciplinas com a temática: uma obrigatória e duas optativas, sendo uma delas laboratorial, voltada exclusivamente para a prática socioambiental.

A observação inicial partiu da experiência de uma das pesquisadoras com a disciplina ministrada pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – um dos estados mais preservados da Amazônia, em que notou a reduzida carga horária (30h) e a predominância de autores de fora da região nas referências da ementa. Além disso, também detectou a desinteresse dos próprios alunos a quererem aprender ou desempenhar a função de jornalistas ambientais, o que pode ter relação com a insegurança que os profissionais enfrentam.

Outra base de análise inicial foi a Universidade Federal do Pará (UFPA), a maior universidade da Amazônia, situada no estado que sediará o evento sobre questões climáticas no próximo ano — a COP 30<sup>11</sup>. Na UFPA, a disciplina de jornalismo ambiental é optativa com carga horária de 60h e com viés apenas teórico. A disciplina enquadra duas áreas: o científico e o ambiental.

---

<sup>10</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Além dessas duas instituições, o estado também tem a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) que está em processo de discussão para implementação do curso de jornalismo.

<sup>11</sup> 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém (PA), em novembro de 2025

---

Historicamente, o jornalismo ambiental surgiu a partir de uma subárea do jornalismo científico, porém hoje não é mais visto dessa forma (Belmonte, 2017). Para o autor, o meio ambiente do jornalismo ambiental é um meio ambiente mais largo do que meio ambiente do jornalismo científico, abordando os sentidos de coletividade, qualidade de vida e sustentabilidade.

A ementa da UFPA é de 2022, ou seja, esse viés não foi atualizado, o que, ao nosso ver, diminui a possibilidade de estudar o jornalismo socioambiental de maneira sistemática como deve ser abordada.

### **Apontamentos iniciais**

As constatações iniciais permitem inferir que o jornalismo socioambiental deve, sobretudo, promover a reflexão crítica sobre a realidade de conflitos e violência na região, por meio da apuração rigorosa e cuidadosa de contextos e cenários assimétricos e desiguais que envolvem as disputas sobre os “recursos” naturais, no caso em recorte, na Amazônia brasileira, mas o que vale para qualquer localidade. Dessa forma, pode-se falar de um jornalismo engajado à causa da preservação socioambiental, na medida em que sua prática em si tende a contribuir para a defesa dos territórios e dos grupos sociais que neles habitam e os preservam. Ademais, corroborando com o pensamento de Malcom Ferdinand (2022), a proposta é instigar o debate ambiental relacionando com as práticas neoliberais e capitalistas que segregam povos e revisitam o racismo ambiental.

Na perspectiva didático-pedagógica, torna-se fundamental valorizar as disciplinas que tratam das temáticas socioambientais em suas ementas e promover a interdisciplinariedade e uma maior interação entre a academia e as boas práticas de coberturas, muitas vezes independentes na Amazônia. Também aproximar os futuros jornalistas da pluralidade de fontes, especialmente daquelas menos visibilizadas na imprensa tradicional, a partir de diálogos com ativistas, povos indígenas e quilombolas. Isso passa também pela desconstrução do saber atravessado por um racismo epistêmico de fundo, o que se configura na colonialidade de não reconhecer conhecimentos fora da academia ou do não privilégio de uma determinada região, segmento ou grupo social.

Por fim, importante salientar, que este artigo traz apenas o resultado preliminar do esforço de compreender como se dá na atualidade o ensino do jornalismo (socio)ambiental e qual (e poderia ser) seu papel no bojo das novas alianças que se

formam desde o início deste século XXI em torno dos territórios como espaço de preservação, naquilo que Maristela Svampa (2019) denomina de "giro ecoterritorial" das lutas sociais. Reunindo diversos atores em torno da defesa da natureza - movimentos sociais, ONGs, pesquisadores, influenciadores, setores públicos, ativistas locais, com destaque para mulheres e jovens — esta aliança em rede, que tem na atualidade a comunicação como um de seus pilares, nasce dos movimentos ambientais e tem justamente a proteção dos territórios no epicentro das disputas neoliberais contemporâneas.

## Referências

AMORIM, C. R. T. C. CRUZ, A. L. O. ALBIM, L. B. Jornais comunitários na Amazônia: uma representação popular na contra hegemonia. **Razón y Palabra**, núm. 86, abril-junio, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199530728004>. Acesso em: 5 fev. 2024.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. Vol. 6, nº 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656/3817>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CASTRO, E. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, E. (org.) **Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre políticas e fronteiras**. São Paulo: Annablume, 2019.

COSTA, A.; VENTURA, J; OLIVEIRA, I; VENTURA NETO; R. Apontamentos interpretativos e jornalísticos sobre a Amazônia: o discurso de Bolsonaro na ONU. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 3, set-dez, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/52398/32951>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CTP NACIONAL. Relatório sobre conflitos no campo. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14308:conflitos-no-campo-brasil-2023&catid=41>. Acesso em: 25 jun. 2024.

DARDOT, P. LAVAL, C. Anatomia do novo neoliberalismo. **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em: 25 jun. 2024.

FENAJ. Relatórios de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil (2013-2023). Disponível em: <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

---

FERREIRA JUNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 280-304.

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

GIRARDI, Ilza. Jornalismo ambiental sob a perspectiva dos estudos decoloniais. In: Nair Prata, et al (orgs). Comunicação e ciência: reflexões sobre a desinformação. [recurso eletrônico]. São Paulo: INTERCOM, 2022, 472 p.

JORNALISMO na Amazônia: da violência aos estereótipos. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2024/06/11/jornalismo-amazonia-violencia-estereotipos/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

LEVANTAMENTO do Intervezes revela quem são os políticos donos da mídia nas Eleições 2022. Intervezes, 28 set. 2022. Disponível em: <https://intervezes.org.br/levantamento-do-intervezes-revela-quem-sao-os-politicos-donos-da-midia-nas-eleicoes-2022/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MANGAS, L. M. O. **AMAZÔNIA AMEAÇADA**: análise do discurso jornalístico nos portais de notícias O Liberal.com – PA e A Crítica – AM sobre desmatamento e queimadas no contexto da pandemia da COVID-19. 2022. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2022.  
RIO-92: mundo desperta para o meio ambiente. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2009. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2303:catid=28&Itemid](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid). Acesso em: 25 jun. 2024.

STEINBRENNER, R. A.; ESTEVES, L. C.; SANTOS, E.; MELO, P. V. C. *Comunicación y resistencia frente a conflictos socioambientales en la Amazonia paraense*. **Sphera Pública**, [s. l], v. 1, n. 21, p. 159-184, jul. 2021.

STEINBRENNER, R. A.; GUERREIRO NETO, G.; LOUREIRO DE BRAGANÇA, P.; RAMOS DE CASTRO, E. M. Desastre da mineração em Barcarena, Pará e cobertura midiática: diferenças de duração e direcionamentos de escuta. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 14, n. 2. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2063>. Acesso em: 25 jun. 2024.  
VLADIMIR HERZOG. Relatório sobre Jornalismo e violência na Amazônia. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/fronterasdainformacao/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoxativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.